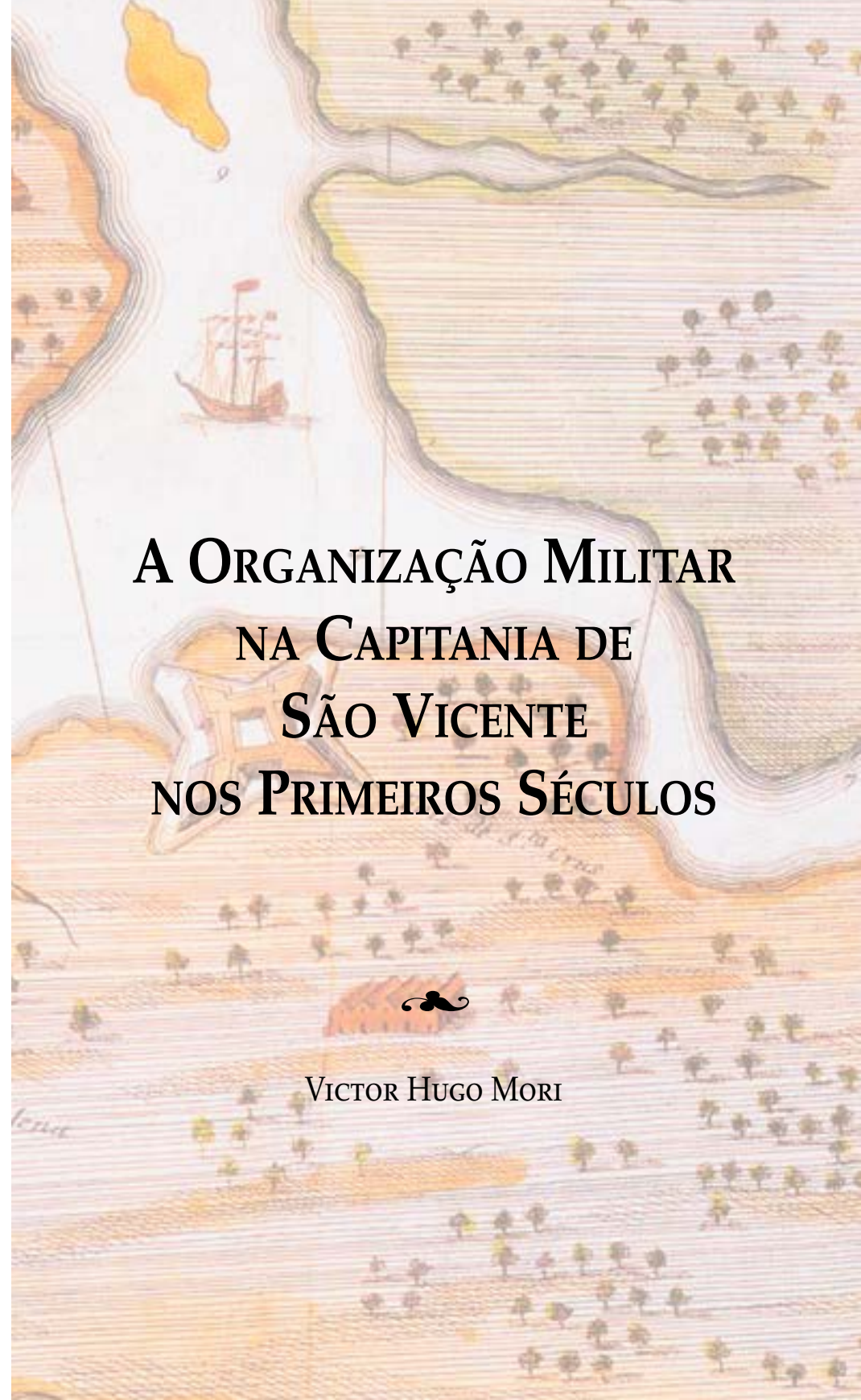




Entrada do Canal da Bertioga – primeiro ponto fortificado na Capitania de São Vicente.



A ORGANIZAÇÃO MILITAR NA CAPITANIA DE SÃO VICENTE NOS PRIMEIROS SÉCULOS



VICTOR HUGO MORI



Gravuras de 1557 do livro Hans Staden representando um engenho de açúcar idealizado como uma construção medieval fortificada em São Vicente e uma paliçada de defesa com suas bombardas em Igarapé.

O SISTEMA DE ORDENANÇAS

O dismantelamento da estrutura feudal militar-aristocrática nos séculos XIV e XV reflete em parte o poder da emergente classe dos mercadores, que buscava através da centralização do poder político nas monarquias, as condições para o desenvolvimento do surto mercantil.

A época foi favorável a essas transformações: a passagem do artesanato para a manufatura, a revolução urbana em oposição ao enfraquecimento da economia rural, o desenvolvimento da artilharia de fogo, que reduziu os castelos feudais a símbolos arquitetônicos do passado e o progresso da engenharia naval.

Portugal antecipou o processo de unificação do poder, gerando assim as condições políticas para desenvolver o surto mercantil, segundo Nelson Werneck Sodré. Essa nova economia era desvinculada da produção de gêneros e manufaturas. O

lucro advinha da intermediação e transporte de mercadorias. Era o modelo adequado a uma nação pequena e montanhosa voltada para o mar. A expansão marítima de Portugal foi, portanto, uma empresa de caráter "puramente mercantil".¹

A manutenção do monopólio das rotas de comércio implicava ocupar, produzir e defender a área conquistada, tarefa que a classe mercantil não dispunha de capacitação nem de meios para a sua execução. O empreendimento tornou-se viável a partir da associação com a casta de fidalgos, que ainda conservava a tradição ancestral de con-



Folha do Tratado de Tordesilhas, 1494.
AGI, Sevilha, Espanha

quistar, ocupar, produzir e defender um território.

A divisão em Capitánias Hereditárias foi a estratégia política adotada para a colonização do Brasil, enquanto o interesse da coroa portuguesa estava voltado ao lucrativo comércio das especiarias. O único sistema encontrado para a ocupação de um

vasto território desconhecido, desprovido de infra-estrutura, de meios e de súditos foi o feudal-escravista, centrado na produção de açúcar.

Catorze anos após a criação da Capitania de São Vicente, o fidalgo Luis de Góes em carta ao rei relatava que “só nesta capitania entre homens, mulheres e meninos há mais de seiscen-



Mapa do Brasil com a divisão em capitánias, c.1590.
Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal

tas almas, e de escravaria mais de três mil e seis Engenhos e muita fazenda”.

O Regimento de Tomé de Souza de 17/12/1548 definiu o número mínimo de artilharias para as capitánias. Ordenava ainda, que “os senhores de engenhos e fazendas que, por este Regimento, hão de ter torres ou casas-fortes, terão ao menos quatro ber-

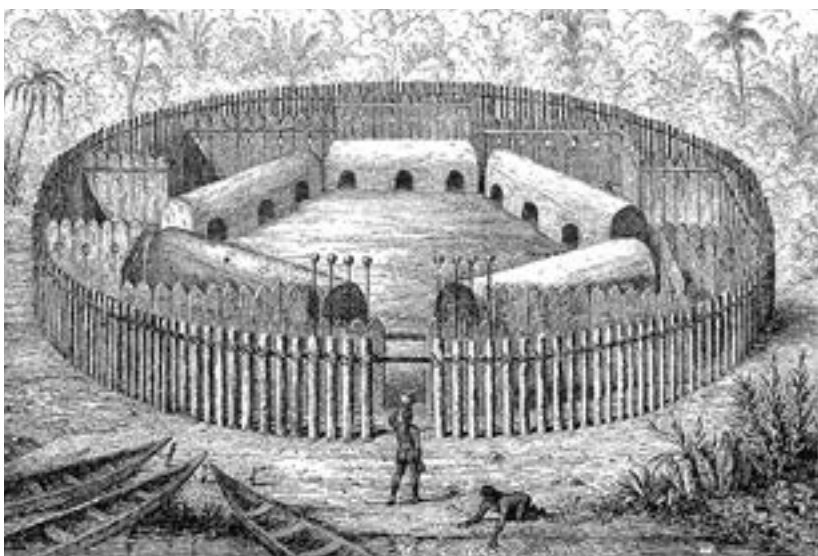
ços e dez espingardas com pólvoras necessárias, e dez bestas, e vinte espadas e dez lanças ou chuças, e vinte corpos de armas de algodão”.

Os restos quinhentistas do Engenho dos Erasmos, em Santos, uma das pioneiras instalações de produção de açúcar no Brasil, configuram uma construção civil forti-

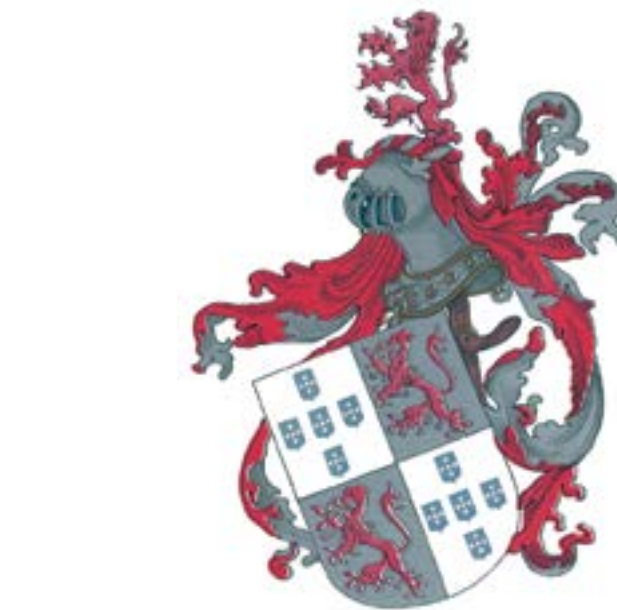
ficada para se proteger dos “contrários” quatorze anos antes do Regimento de Tomé de Souza. Segundo Júlio Katinsky, “a forma compacta e alongada das grossas paredes de “pedra canjica” (opus incertum), de grande resistência e estabilidade, e as seteiras remanescentes indicam construção com função também defensiva, adequada àquele primeiro período da conquista.”⁴

Nos primeiros anos da colonização vicentina os conflitos entre os portugueses e os indígenas do litoral norte, aconteciam na barra da Bertioga, local onde foram construídas as duas primeiras fortificações da capitania: o Forte de Santiago e o Forte de São Felipe. Era o ponto de divisa entre os territórios das duas nações inimigas: os tupiniquins, aliados dos portugueses, e os tamoios, aliados dos franceses.

No dia 13/02/1552 Thomé de Souza, “respeitando a contínua guerra que nas ditas capitánias havia” mandou provê-las “de alguma artilharia, e munições necessárias para a segurança delas”. Para a Capitania de São Vicente (Fortaleza da Bertioga) “mandava para defesa dela a artilharia e munições seguintes”: “um pedreiro de metal e um reparo de rodas maciças”, “um falcão também de metal”, “o rabo e o reparo dele”, “trinta pelouros para o dito falcão”, “quatro berços também de metal”, “doze câmaras e quatro chaves para eles”, “vinte pelouros”, “seis arcabuzes aparelhados”, “uma arroba de pólvora de espingarda”, e “vinte espadas com suas bainhas”; tudo isso somado aos armamentos “que já estavam de Sua Alteza na dita Capitania de São Vicente, a saber um falcão outro de metal”, “duas câmaras para ele”, “vinte



Paliçada indígena ou caieira



Brasão de Martim Afonso de Souza

pelouros para ele”, “seis meio berços de metal”, “dezoito câmaras”, “vinte pelouros”, “um quintal mais de pólvora de bombardarda”, “trinta espadas guarnecidas”, tudo avaliado em “duzentos, quarenta, e seis mil, e oitenta, e oito reis”, a serem pagos das rendas do donatário Martim Afonso de Souza.⁵

A conclusão do Forte de São Tiago da Bertioga em 1560, a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, o tratado de paz com os tamoios, e a transformação de Santos como a principal vila da capitania, levaram a barra pequena da Bertioga a perma-

necer pacífica e quase esquecida até a época das descobertas auríferas.

A organização militar na Capitania de São Vicente ainda conservou sem grandes alterações até o fim do século XVII o sistema implantado no Foral de 04/09/1534 e no Regimento de Tomé de Souza de 17/02/1548. As tropas regulares (ou de linha) profissionais pagas pela Coroa, eram responsáveis pela defesa das rotas mercantis, e as forças não regulares, denominadas Serviços de Ordenanças, convocadas e mantidas em caso de guerra pelos donatários e capitães, garantiam a defesa da terra. A expulsão dos franceses do Rio de Janeiro demonstrou, que em casos de invasões externas as duas forças se conjugavam para a defesa do território colonial: a frota de Simão de Vasconcelos enviada de Portugal, e as Ordenanças compostas pelos colonos da Capitania de São Vicente.



Mapa da Capitania de São Vicente com suas quatro primeiras fortificações



Bandeirante idealizado por Belmonte

No século XVII, com a atenção do governo central voltada para as tentativas de invasões da área da produção açucareira nordestina, o Sistema de Ordenanças (tropas não regulares) na esquecida capitania de São Vicente, deu origem a tropas particulares à serviço de um senhor: as bandeiras. A conquista pelos holandeses dos entrepostos africanos de escravos, fomentou internamente a procura pela mão de obra indígena. As bandeiras paulistas foram em princípio toleradas pelo governo diante da circunstância econômica do país, e paulatinamente adquiriram uma dimensão militar importante na política de defesa, que acabaram sendo

consagradas pela metrópole. Após a difícil retomada de Pernambuco e a restauração do trono português, a Fazenda Real encontrava-se descapitalizada e as tropas militares do nordeste enfraquecidas. Ocorreram inúmeros ataques de tribos inimigas nas áreas nordestinas, obrigando a coroa a recorrer aos bandeirantes de São Vicente.

Em 1657, o governo requisitava o auxílio do Capitão-mor de São Vicente para enviar “sertanistas” para destruir índios que atacavam os portugueses do Recôncavo, pois todas as tentativas locais haviam fracassado devido à “ligeireza” dos contrários e à nossa “ignorância de campanha e pouco vezo daquela guerra”. O governador-geral do Brasil Francisco Barreto acrescentava que “só a experiência dos Sertanistas dessa Capitania poderá vencer as dificuldades”. Em troca a coroa permitiria aos bandeirantes “servir deles como escravos sem o menor escrúpulo de suas consciências”, além do que “a matéria é da maior importância que se deixa ver: e maior a glória que essa Capitania pode ter de serem os



Soldados índios do século XIX em pintura de Debret



Oficial do Corpo de Dragões de São Paulo em 1775 (esq.); soldado do Regimento de Infantaria de Santos e soldado do Corpo da Marinha de Santos, segundo desenho de W. Douchkine

moradores de S. Paulo os que vêm livrar aos da Bahia, e este serviço S. Majestade há de remunerar, e eu agradecer a todos os que vierem fazê-lo.”⁶ O Regimento com 19 parágrafos, dessa “Bandeira Oficial” liderada pelo paulista Domingos Barbosa Calheiro com 200 homens, além de 40 escravos e 40 cavalos cedidos pela coroa, reflete ainda o modelo medieval de guerrear. Todos seriam recompensados com “as utilidades que delas se lhe seguir, assim dos cativos que aprisionarem, como das terras que eles ocupam”.⁷

No final do século XVII o bandeirante Domingos Jorge Velho foi designado pelo Rei “como mestre de campo do terço que mandou se forme dos ditos paulistas”, para a “guerra dos Palmares de Pernambuco”.⁸

Com a descoberta do ouro, a coroa portuguesa foi obrigada a desfazer pouco a pouco esse Siste-

ma de Ordenanças de inspiração feudal, criando milícias regulares para controlar os acessos às minas. Em 1745 o governador da capitania de São Paulo solicitava autorização do rei para serem concedidos 400 tapuias de aldeias do Rio de Janeiro, à custa da Fazenda Real, para se encarregarem da segurança dos caminhos e passagens.

No último ano do século XVIII, as forças de defesa da Capitania de São Paulo eram compostas pela Legião de Voluntários Reais e o Regimento de Infantaria, criados em 1775, além dos onze Regimentos Milicianos (3 de Cavalaria e 8 de Infantaria) e do Corpo de Ordenanças. Na Fortaleza da Barra o destacamento comandado pelo Tenente Joaquim R. de Azevedo Marques era composto por 2 oficiais inferiores, 2 cabos, 1 tambor, 48 soldados, além de outro oficial

inferior, 1 cabo e 8 soldados no Fortim do Góes. O Forte da Estacada comandado pelo tenente Francisco Borja, possuía 1 oficial inferior, 1 cabo e 8 soldados. O Forte de Itapema comandado pelo alferes Manoel de Albuquerque possuía, 1 cabo e 2 soldados. O Forte de São Luiz e o de São João da Bertioga (Registro) eram comandados pelo tenente Francisco de Carvalho, sendo o destacamento do primeiro composto de 1 cabo e 8 soldados, e o do segundo, de 1 cabo e 4 soldados. Na antiga Fazenda dos Jesuítas situada na subida da Serra de Paranapiacaba, existia um destacamento composto de 1 cabo e 6 soldados sob o comando do encarregado da Fazenda Real do Cubatão.

O sistema de defesa do Porto de Santos foi bastante detalhado no ofício do governador Antonio de Mello Castro e Mendonça, de 16/10/1800.



Engenho dos Erasmos em Santos: parede quinhentista com seteiras de defesa.

O reconhecimento dos navios era atribuição da Fortaleza da Estacada, que em caso de suspeita daria “dois tiros de Pessa, com intervalo de hum minuto” hasteando a “bandeira encarnada”. A Fortaleza da Barra Grande reconhecendo o sinal de rebate, “firmará bandeira com outros dois tiros de Pessa”, que seria repetido pelo Forte de Itapema. Este sinal, ao ser reconhecido pelas tropas em Cubatão seria enviado ao planalto, que providenciaria o deslocamento de tropas para socorrer o litoral, através da Calçada do Lorena inaugurada em 1792, e proteger a Serra de Cubatão.⁹

No século XIX, com a instalação da Corte no Rio de Janeiro e principalmente, após a Independência, a organização iria sofrer profundas transformações condicionadas ao novo momento histórico do país.



OS ENGENHEIROS MILITARES

Mario Mendonça de Oliveira escreveu com muita propriedade sobre a impossibilidade de se estudar a Arquitetura e a Urbanística de Portugal e do Brasil até o século XIX, “sem defrontar-se, obrigatoriamente, com a Engenharia Militar”.¹⁰

Os dois primeiros séculos o Corpo de Engenheiros não se constituiu numa casta de elite dentro da organização militar do reino. Chegou mesmo a ser um quadro desprestigiado dentre os oficiais de infantaria e artilharia, principalmente os nascidos em terras brasileiras. Sequer havia distinção de atribuições entre os construtores civis e os engenheiros militares. Os primeiros chegaram a construir fortificações enquanto os militares projetaram e construíram incontáveis prédios religiosos, edifícios públicos, além de obras urbanísticas. As regras medievais das corporações de ofício ainda prevaleciam. O pri-

meiro projeto enviado do reino para São Vicente foi “a traça” do pequeno forte da Bertioga em 1551, na época em que o “Mestre das obras da fortificação do Reino, Lugares-d’além e Índias” era ocupado pelo famoso Miguel de Arruda.

A publicação em 1680 do livro “Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações”, em Lisboa, de autoria do engenheiro-mor do Reino Luís Serrão Pimentel, buscava o estabelecimento de uma metodologia nacional, a partir das experiências portuguesas e das escolas francesa e holandesa, além de salientar a especificidade da função da engenharia militar.

Foi no século XVIII que a carreira de engenheiro militar começou a destacar-se como uma instituição profissional especial no quadro da organização militar. A semente foi plantada pelo engenheiro-mor brigadeiro Manuel de Azevedo Fortes, autor da obra “O Engenheiro Portuguez” publicada em 1729. A proposta de Azevedo Fortes tinha como fonte de inspiração a criação do corpo dos “Engenheiros do Rei” por Luís XIV, segundo Rafael Moreira e Renata M. de Araújo.¹¹



... mundo na função de “*Ingegnere Maggiore di questo Stato*” designado pelo governador-geral Francisco de Souza: “*mi ocupò yn restaurare molte di esse (fortezze) et altri porti fortificare di nuovo; discoprire cierte mine dè oro e plata, faciendo una discrizone di tutte quelle provincie, e facilitando el beneficio di dette mine, dove continuai cinque anni yn detto servitio; scobrire e conquistare le provinzie de fiume Maragnone e Amazone (por sollicitação de Diogo Botelho), (...) dove conquistamo dugiento leghe di terra, e sugietamo molte nationi di gentili a questa Corona.*”

O primeiro engenheiro-mor do Brasil foi talvez o florentino Baccio de Filicaya, que aqui chegou no fim do século XVI. A carta-relatório de Filicaya de 1608, endereçada ao seu protetor Grão-duque da Toscana Ferdinando I, relatava a pluralidade de suas atividades no novo

... Em outra carta, Filicaya acrescentava que “*yn basso del mio viaggio (ao Brasil) vo rilatando tutti i costumi, guerre, medicamenti, viveri e leggi; de gentili e di molti sorte di animali di dette parte (...)*”. Afirmava também que havia executado “*molti disegni e*



(página anterior) Capa do livro “*Methodo Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Pracas Regulares & Irregulares*” de Serrão Pimentel (acima) Engenheiro Azevedo Fortes Calçada do Lorena concluída em 1792 pelo Brigadeiro João da Costa Ferreira do Real Corpo de Engenharia em desenho de Hércules Florence, c. 1825



Capela de Montserrat em Santos, projeto atribuído ao engenheiro militar Baccio de Filicaya no início do século XVII.

... *memorie*”, que havia deixado no Brasil (*Verzino*) e que seriam posteriormente enviados, porém estes preciosos manuscritos são hoje desconhecidos.¹²

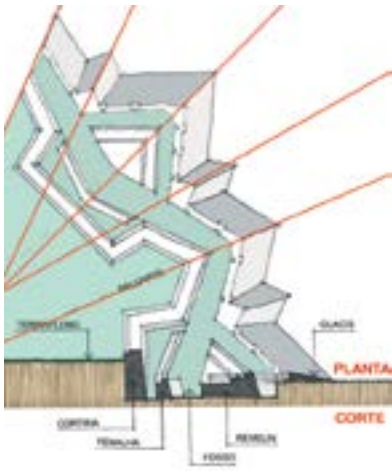
O primeiro engenheiro militar a trabalhar em São Vicente foi o espanhol-italiano Giovanni Battista Antonelli, autor do projeto da Fortaleza da Barra Grande em 1583. No Caribe, onde exerceu a função de principal engenheiro de Felipe II, além das famosas fortificações de Cartagena, Havana e Porto Rico, foi o autor do traçado urbano de Antígua e do projeto da Capela dos Quatro Santos.

Sobre a extensa atividade desses engenheiros em São Paulo, que extrapolou em muito o ofício militar, desenhando cidades, monumentos, igrejas, estradas, etc., Benedito Lima de Toledo já a descreveu em seu livro “O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do brigadeiro João da Costa Fer-

... reira” (João Fortes Engenharia, São Paulo, 1981). Aliás, o engenheiro Costa Ferreira, foi o autor da primeira estrada pavimentada ligando o Porto de Santos ao Planalto (Calçada do Lorena) inaugurada em 1792, do chafariz da Misericórdia na cidade de S. Paulo, elaborou em 1801 o levantamento métrico do Colégio de São Miguel em Santos, projetado pelo jesuíta Francisco Dias no século XVI e executou as obras do cais do Porto de Santos atrás desse Colégio em 1805.



Chafariz da Misericórdia, construído por Tebas e projetado pelo Real Corpo de Engenheiros, em desenho de Edmund Pink, 1823



Sistema bastionado

Em 1699 foi instalada a Aula de Fortificação e Artilharia em Salvador, onde lecionou o Sargento-mor José Antonio Caldas, e em 1735 curso semelhante foi criado no Rio de Janeiro, onde se destacou o ensino de

artilharia ministrado pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.

Os ideais iluministas defendidos pelo marquês de Pombal fizeram dos engenheiros militares os principais agentes da política de defesa territorial no século XVIII. Em função dos estudos que culminaram no Tratado de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), inúmeros engenheiros militares foram designados para demarcar os limites desconhecidos do Brasil, construir fortificações, levantar marcos e ocupar o vazio territorial do interior do País. Em 1787 foi criado o Real Corpo de Engenheiros por ato de D. Maria I conforme preconizava Azevedo Fortes em 1729 – embrião da Arma de Engenharia.¹³

NOTAS

1 Sodré, Néelson Werneck. "História Militar do Brasil". Civilização Brasileira, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1968, pp. 14-15.

2 Carta de Luis de Góes, de 12/05/1548, escrita da Villa de Santos a El-Rei D. João III, pedindo-lhe que socorresse urgentemente as capitanias e o litoral do Brasil, para que a Coroa portuguesa não perdesse esta sua conquista americana. "Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo", vol. XLVIII, Arquivo do Estado de S. Paulo, pp. 09-12.

3 "Corpo de arma de algodão" era o escupil, um tipo de dalmática estofada de algodão para a proteção de flechas. Sodré, Nelson Werneck. Op. cit., pp. 20-22.

4 Katinsky, Júlio Roberto – "Monumentos Quinhentistas da Baixada Santista" in Revista USP, nº 41, S. Paulo, Universidade de S. Paulo, 1999, p. 80.

5 "Documentos Históricos (mandados, alvarás, provisões, sesmarias) – 1549-1553", vol. XXXVIII. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, Biblioteca Nacional, 1937, pp. 214-217.

6 "Annaes do Museu Paulista", Documentação Brasileira Seiscentista, Tomo III, São Paulo, 1927, pp. 286-288.

7 Idem, pp. 294-302.

8 Idem, pp. 307-308.

9 Correspondência do Governador de S. Paulo de 16/10/1800. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, Vol. LIII, 1956, pp. 443-449.

10 Mendonça de Oliveira, Mário. "Robert Smith e a Engenharia Militar Brasileira" in "Robert C. Smith: "A Investigação na História de Arte", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000, p. 260.

11 Moreira, Rafael e Araújo, Renata Malcher de. "A Engenharia Militar no Século XVIII e a Ocupação da Amazônia", in "Amazônia Felsinea – Antônio José Landi, Itinerário Artístico e Científico de um Arquitecto Bolonhês na Amazônia do Século XVIII", Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999, p. 177.

12 A Carta de Baccio de Filicaya foi publicada por Gorrini, Giacomo, "Un viaggiatore italiano nel Brasile" in "Atti del Cong. Di Scienze Storiche", Roma, 1904, x, p. 39, apud. "Gli Italiani nel Brasile", Graphico Paquino Coloniale, S. Paulo, 1922, pp. 70-74.

13 Moreira, Rafael e Araújo, Renata Malcher de. Op. cit., p.181.



AS FORTIFICAÇÕES DO CANAL DA BERTIOGA: FORTES DE SÃO TIAGO OU SÃO JOÃO - SÃO FELIPE - SÃO LUIZ

VICTOR HUGO MORI